



PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015

Advocacia fala em retoma, mas receia novas crises externas

São dos primeiros actores do mercado a notar alterações no estado da economia. Advogados que dão apoio jurídico a empresas atribuem nota positiva ao primeiro semestre do ano, sem que escondam receios de uma Zona Euro desestabilizada.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Há “sinais claros” de crescimento e de gradual consolidação da economia portuguesa. Dizem-no, em forma de balanço ao primeiro semestre do ano, vários advogados que dão apoio jurídico a empresas. O reforço do trabalho em áreas de actividade jurídica como a de imobiliário ou de fusões e aquisições serve de exemplo. O receio, esse, prende-se com os sobressaltos vindos do exterior.

João Miranda de Sousa, “managing partner” da Garrigues, sublinha que a mudança de fundo nota-se, em particular, num sector. “No período mais agudo da crise, pura e simplesmente desapareceram as transacções, sendo que, neste momento, o mercado imobiliário está com grande dinamismo, apresentando já volumes de transacções semelhantes aos melhores anos antes da crise”, explica o advogado.

A tipologia dos serviços jurídicos mais solicitados no primeiro semestre do ano levam



A desestabilização política e económica que, apesar do recente acordo com a Grécia, continua a marcar a Zona Euro é vista com apreensão quanto está em causa a retoma.

igualmente Francisco Brito e Abreu, sócio da Uría Menéndez – Proença de Carvalho, a afirmar que “foi ultrapassada com sucesso a fase mais aguda da maior crise orçamental que o país viveu nas últimas décadas”. Hoje, afiança, assiste-se “a uma enorme apetência por parte de investidores estrangeiros, de várias proveniências e de diferentes perfis, por activos em Portugal”. Além do mais, considera o mesmo advogado, “a banca resistiu aos vários abalos do sistema financeiro e tem vindo progressivamente a aumentar a concessão de crédito às empresas.

É face a esta conjuntura que João Vieira de Almeida, líder da sociedade VdA, aponta para um crescimento da actividade económica, que “deixou de estar dependente do trabalho de reestruturação directamente decorrente da crise para passar a incluir uma componente muito significativa de investimento”.

Ou seja, as “empresas que emagreceram, nos períodos mais agudos da crise, estão hoje mais rentáveis e algumas começam já a beneficiar do investimento de capital estrangeiro”, frisa Duarte de Athayde, “managing partner” da Abreu Advogados.

Perspectivas de uma retoma ibérica

O director-geral da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira, o advogado Frederico Pereira Coutinho, relaciona o crescimento que a sociedade onde trabalha prevê alcançar este ano com as perspectivas de retoma das economias portuguesa e espanhola.

“O horizonte de crescimento assenta não apenas nas operações de maior relevo, mas também no que sentimos ser uma tendência de fundo dos agentes económicos portugueses e internacionais que esperamos que se mantenha. Isto,

se não for afectada por uma desestabilização generalizada da Zona Euro”, explica Frederico Pereira Coutinho.

Já Pedro Rebelo de Sousa, líder da SRS Advogados, sublinha que nos primeiros seis meses deste ano se sentiu, claramente, uma retoma da economia, uma recuperação que, afiança, a sociedade que lidera também acompanhou. “No fundo, desde o domínio do empreendedorismo e das start-ups até às transacções, envolvendo capital estrangeiro, tudo aponta para uma boa percepção do risco Portugal. Vamos ver se o contexto europeu



6 IDEIAS-CHAVE

Serviços jurídicos são barómetro da economia

O primeiro semestre de 2015 trouxe mais investimento nacional e, sobretudo, estrangeiro. O sector imobiliário voltou a estar activo, em particular no campo da reabilitação, e o financiamento diversificou-se.



[A actividade] deixou de depender do trabalho de reestruturação decorrente da crise, para incluir uma componente muito significativa de investimento.

JOÃO VIEIRA DE ALMEIDA
Sócio e líder da VdA

Tudo aponta para uma boa percepção do risco Portugal. Vamos ver se o contexto europeu não afecta esta tendência positiva.

PEDRO REBELO DE SOUSA
Sócio e líder da SRS Advogados



não afecta esta tendência positiva”, observa Pedro Rebelo de Sousa.

Este é um alerta que Manuel Santos Vítor também deixa. Apesar dos “sinais claros” de retoma que percepçiona, face ao tipo de trabalho jurídico que assegura aos clientes, este advogado considera que ainda há riscos pela frente. “Novas e graves crises a nível internacional podem pôr em causa esse extenso trabalho de recuperação do grave doente que era a economia portuguesa”, afirma. ■

1. No primeiro semestre de 2015, e de acordo com advogados que o Negócios inquiriu, a mudança de fundo ao nível do investimento nota-se, em particular, na área do imobiliário. No período mais agudo da crise, logo após a assinatura do programa de ajustamento, pura e simplesmente desapareceram as transacções e o mercado imobiliário foi particularmente afectado.

2. Ainda ao nível do sector imobiliário, os prestadores de serviços jurídicos apontam para o facto de estar a ocorrer uma alteração de paradigma. A promoção para construção nova foi praticamente substituída pela aposta na reabilitação.

3. O horizonte de crescimento da economia estará assente, ainda segundo os advogados que trabalham com clientes empresariais, não apenas nas operações de maior relevo, mas também numa tendência positiva de fundo por parte dos agentes económicos portugueses.

4. Outro aspecto apontado é o que se prende com o facto de Portugal ter voltado a estar no “radar” dos investidores internacionais, tanto os de grande dimensão, como os pequenos investidores. Nesta última categoria são apontados como exemplo os investimentos relacionados com os chamados vistos “gold”, que segundo a edição desta terça-feira do jornal público voltaram a ser emitidos.

5. Outra ideia marcante é a que diz respeito aos meios de investimento. Este é agora feito com muito menos alavancagem e com maior recurso a capitais próprios.

6. Ainda assim, dizem alguns advogados, a banca resistiu aos vários abalos do sistema financeiro e tem vindo progressivamente a aumentar a concessão de crédito às empresas.